Cara Editora da Revista *Análise Psicológica*,

Prof. Doutora Manuela Veríssimo

Em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer a vossa compreensão face às circuntâncias pessoais que impediram que pudéssemos enviar, mais cedo, a revisão respeitante ao manuscrito “Espiritualidade: contributos para uma clarificação do conceito”.

Em segundo lugar, estamos gratos pela revisão relativa ao manuscrito, a qual nos permitiu um novo olhar sobre o mesmo, enriquecendo-o com as sugestões feitas pelo vosso Revisor, esperando, dessa forma, que mereça a consideração, para a sua publicação,na revista Análise Psicológica.

Procedemos à revisão do manuscrito, de acordo com sugestões e recomendações apontadas pelo revisor e, ainda, algumas da nossa iniciativa, numa tentativa de melhorar aquele documento.

Tal como explicamos, na mensagem eletrónica, dada a necessidade sentida, para que a vossa Equipa Editorial possa ficar melhor elucidada das alterações efetuadas, seguem-se dois documentos: (1) o que corresponde, diríamos a um “rascunho” do artigo, onde são visíveis todas as alterações efetuadas, a cor de laranja (pedimos desculpa pela cor selecionada, mas entendemos que permitiria um melhor contraste, facilitando uma leitura dessas alterações) e (2) a versão já “limpa” dos cortes e alterações efetuadas.

Explicamos, mais adiante, neste mesmo documento, as alterações efectuadas ao manuscrito. Reportar-nos-emos apenas a dois documentos: ao documento antigo (o artigo submetido à vossa Revista) e ao documento que apelidámos de “rascunho”, para que as alterações efetuadas se tornem mais percetíveis.

.

Esperamos que esta versão revista do manuscrito cumpra satisfatoriamente as alterações sugeridas e que vá ao encontro do esperado. Por favor, não hesite em contactar-nos, caso necessite de informação adicional.

Dada a **colaboração prestada**, nesta última versão, de **Maria Costa Catré**, vimos, por este meio, se possível ainda, porque de Direito, **incluí-la como co-autora do manuscrito, no final dos restantes autores.**

Trata-se de uma Estudante de Licenciatura com Mestrado Integrado de Arquitetura, do Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade de Coimbra, que se interessa, igualmente, por estas questões da espiritualidade e da religiosidade e que deu um contributo válido para a versão final do documento.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Os Autores

**Respostas às sugestões de alteração**

Revisor A:

Sugestões de alteração a enviar para os autores:

- “Trata-se de um trabalho fundamentalmente de sistematização da literatura, já extensa e complexa, sobre o conceito de espiritualidade.  
O artigo parece basear-se essencialmente em fontes secundárias que já fazem, elas próprias esta revisão crítica dos constructos e propõem caminhos para um consenso.”

Nesse sentido, o texto ganharia com:  
1) uma clarificação sobre os critérios utilizados na revisão das fontes selecionadas”

**RESPOSTA**: De acordo com o sugerido, foram adicionados, na Introdução, esses critérios. As frases, a cor de laranja, são demonstrativas da inclusão desses critérios, iniciando-se a primeira frase, ainda na página 2 “Sendo a maioria desses estudos oriundos dos Estados Unidos da América, e havendo uma grande dispersão dos mesmos, utilizámos como critério (…) terminando na página 3 “(…) em prol da cientificidade dos estudos, sobretudo na área da espiritualidade.”

- “2) uma maior síntese das ideias apresentadas, evitando colagem excessiva às fontes, quer no que se refere à evolução filosófica do constructo, quer nas referências sobre a atualidade da investigação na área da espiritualidade.”

**RESPOSTA**: Embora reconheçamos que não fomos sintéticos nessa parte, e apesar de tentarmos, na medida do que nos foi possível, corresponder ao que foi solicitado, entendemos, no entanto, que, para uma melhor compreensão da complexidade e da extensão da problemática, seria importante manter, no essencial, o texto no que àqueles pontos diz respeito. Foi uma investigação muito longa, exaustiva, a que fizemos, sendo o texto o resultado de todo um esforço para melhor compreender a questão, com o recurso a livros não disponíveis no mercado português, que tivemos que adquirir, inclusive, do estrangeiro. Pensamos que as dificuldades que sentimos para chegar àquelas “conclusões” e àquela redação, serão as de muitos/as investigadores portugueses/as, dada a ausência que existe de literatura sobre a problemática, em Portugal e a dispersão dos estudos nessa área (este último aspeto reconhecido pelo revisor quando se refere à “literatura, já extensa e complexa”. Cremos, assim, que a sistematização de toda a evolução histórica e da literatura atual, como o fizemos, tornar-se-á, salvo melhor opinião, facilitadora de muitos trabalhos de investigação que se venham a fazer, sobretudo em Portugal, na área da espiritualidade.

Quisemos, todavia, que a densidade do trabalho pudesse ser de melhor leitura do que estava (e, provavelmente, esteja aí o cerne da sugestão do revisor) e, por isso, tentámos que a mesma, com outro tipo de redação, pudesse ir ao encontro desse nosso objetivo.

- Aliás, indo, igualmente, dessa forma, ao encontro do que apontado, mais adiante, pelo revisor, quando este afirma que “Algumas frases são pouco claras e aconselham revisão (e.g. P. 21, L 3)”.

Assim, não só foi alterada a redação desta frase exemplificativa (veja-se a atual página 22 do “rascunho” cuja frase foi, inclusivamente eliminada, aparecendo, por isso, riscada), como também outras frases e/ou palavras, reformulando-se a redação do texto, conforme se encontra assinalado (a riscado ou a cor de laranja).

- Cumprimos com o sugerido pelo revisor: “e) a proposta  final de consenso baseia-se, talvez excessivamente, no trabalho recentemente publicado por Oman, 2013. Talvez os autores pudessem sintetizar melhor esses contributos originais”.

**RESPOSTA**: O comentário do revisor faz-nos todo o sentido, pelo que, restringimos, ao essencial, a posição de Oman (2013) – ver páginas 22 e início da 23 do rascunho, os cortes feitos e a cor de laranja a nova redação que ficou.

Por outro lado, entendemos (pelo comentário feito do revisor, quando refere que: “o sublinhar da relevância de uma definição consensual para a espiritualidade parece contrária ao que é afirmado antes quando se realça a perspectiva de Oman, 2013, que parece sugerir antes a  
adoção e clarificação, em cada estudo, do modelo conceptual mais relevante para os objetivos específicos da investigação”) que o manuscrito tinha uma redação pouco percetível do pretendido. Por isso, decidimos, reformular, em parte, também, toda a anterior página 21, atual página 22 do “rascunho” mas, igualmente, a frase constante das considerações finais, acentuando o longo caminho que se tem que fazer até chegar a um consenso. Assim, a frase da antiga página 23, linha 12:

“Concordando os investigadores, no entanto, que é premente um consenso, em prol da garantia da cientificidade dos estudos, e apesar do longo caminho a percorrer até que o mesmo se torne realidade, vão surgindo, como vimos, alguns referenciais comuns, havendo quem avance com propostas concretas de soluções, como as que aqui apresentámos, com o objetivo de se ultrapassar a dispersão das definições (…)”

passa agora a ter a seguinte redação (ver página 28, linha 15 do rascunho):

“Concordando os investigadores, no entanto, que é premente um consenso, em prol da garantia da cientificidade dos estudos, **e apesar das propostas concretas que se vão fazendo para alcançar esse consenso,** **há, todavia, um** longo caminho a percorrer até que o mesmo se torne realidade”.

Pretende-se, dessa forma, inclusivamente, ir ao encontro do título “Em busca de consensus.” Parece-nos que tal resulta, agora, mais clarificado, tendo em conta, além do mais, a redação nova que demos, por sugestão do revisor, sobre os critérios que utilizámos (Ver página 3 do “rascunho”):

“Por isso, da leitura das publicações daqueles autores e, ainda, de outros que, mais recentemente, partem da análise dos estudos sobre a espiritualidade (para tentar encontrar referenciais comuns), apresentaremos as propostas que vão surgindo no meio académico para tentar ultrapassar aquela controvérsia. Conforme teremos oportunidade de constatar, essas propostas anseiam tornar-se geradoras de um, há muito, almejado consenso que dote os constructos de uma maior consistência, em prol da cientificidade dos estudos, sobretudo na área da espiritualidade.”

- “c) alguma informação mais concreta e quantificada sobre a prevalência das diferentes conceptualizações na literatura atual”

**RESPOSTA**: Não foi nossa pretensão fazer uma revisão da literatura, *stricto sensu,* mas antes um artigo teórico, tal como previsto nas normas APA, 6ª Edição (veja-se a propósito o respetivo Manual, página 10, ponto 1.03) – que se encontra em vigor, conforme constatámos em <http://www.apastyle.org/>. Nesse ponto, naquele Manual pode ler-se, em síntese, que, embora, este tipo de artigos – teóricos - seja similar, por vezes, aos da Revisão da Literatura, *na sua estrutura*, os autores, nos artigos teóricos, partem da literatura de investigação para avançar em teoria.

Pensamos, deste modo, que não se justifica, num artigo desta natureza, aquela informação quantificada. Tentámos concretizar melhor a mesma com uma nova redação, para se tornar de fácil leitura e, como tal, mais percetível (ver as alterações a cor de laranja e os cortes efetuados). O próprio título do artigo é indiciador do que pretendemos, quando escrevemos o artigo. Por isso, o intitulámos: “Espiritualidade: contributos para uma clarificação do conceito”.

Entendemos, no entanto, ter toda a pertinência o comentário do revisor, quando aquele sugere o seguinte:

- “finalizar propondo antes a sua própria visão critica sobre o constructo e os caminhos para o futuro.” (alínea e) do comentário do revisor).

Esta parte enriqueceu, no nosso entender, o artigo, indo, além do mais, ao encontro das normas APA, relativamente ao que se pretende com os artigos teóricos pelo que, em muito agradecemos o contributo que o revisor nos deu. Deste modo, incluímos (tal como, primeiramente referimos, no final da Introdução), a nossa análise crítica. Esta ficou situada no artigo, tal como foi sugerido pelo revisor, ou seja, no final da parte intitulada “Em busca de consensus” (vejam-se as páginas 25, 26 e início da 27 do “rascunho” que anexamos).

Ainda a propósito das normas APA, procedemos a uma revisão integral do artigo, quer ao nível das referências no texto, quer das referências finais, não só corrigindo os exemplos dados pelo revisor, mas outras que detetámos e pedimos, desde já, desculpa por semelhante falha.

**NOTA:** De referir que ao rever o texto, enriquecemo-lo, fazendo referência a outros autores, que incluímos, ainda, no artigo (e.g.Caldeira, Castelo Branco, & Vieira, 2011; Costa Catré et al., 2014; Formosinho & Oliveira Branco, 1997; Koening, 2008b; Koening, King, & Carson, 2012; Stucliffe & Gilhus, 2013; Teixeira, 2012; Villiers, 1999).

Parece-nos que, agora, as referências revistas estarão em consonância com as referidas normas.

Caso a mesma não se verifique, agradecíamos, encarecidamente, que nos dissessem, pois tantas vezes se lê o mesmo texto, que o nosso cérebro não deteta essas falhas, apesar das revisões feitas pelos autores e de, muitas vezes, elas serem por demais evidentes aos olhos de outrém.

**NOTA:** No que respeita ao caso de Spilka (1993), referido pelo revisor, em virtude de ter sido a partir deste autor que Hill et al. (2000) agrupam os entendimentos contemporâneos sobre a espiritualidade (e tendo sido uma falha nossa - ver página 10, L 9 do documento submetido -, ao incluirmos o ano entre parêntesis) entendemos, por bem, tornar mais percetível o contexto em que o mesmo é mencionado. Reformulámos a frase, ficando do seguinte modo (ver página 11 do “rascunho”:

“Hill et al. (2000), por sua vez, **partindo** da revisão de literatura feita por Spilka, **em 1993, apresentam** sinteticamente, as três categorias em que os vários entendimentos contemporâneos sobre a espiritualidade se agrupam (…).

Porque falamos das normas APA, avançamos para outro comentário feito pelo revisor a propósito:

- “De acordo com Normas APA, citações deveriam surgir na língua original no  
texto (com ou sem tradução em nota final)”

**RESPOSTA:** Não tem sido essa a exigência das revistas que seguem as normas APA, designadamente a vossa (veja-se, inclusivamente um artigo nosso, já publicado na vossa revista), e muito bem, a nosso ver.

Com todo o respeito que nos oferece o comentário feito pelo revisor, tão pouco vislumbramos, nas normas APA, semelhante exigência.

Na verdade, o que pode ler-se no Manual APA, já anteriormente mencionado é que:

“Quotation marks should be used to indicate **the exact words** of another” (ver Manuel APA, 6ª Edição, página 15, no ponto 1.10) - (sublinhado nosso).

Sucede que, seguidamente, o Manual explica qual o princípio que subjaz a semelhante exigência:

“The key element of this principle is that authors do not present the work of another as if it were their own work (p.16).

Desta forma, entendemos que, mesmo havendo aquela referência às “*palavras exatas do autor”*, não poderá ser feita uma interpretação literal dessa menção, em respeito pelo princípio enunciado, sob pena de se considerar que, qualquer tradução que se faça, seja em artigos, seja em livros, deixa de estar em consonância com as palavras do autor, podendo, em consequência, violar-se o referido princípio, apropriando-se quem escreve do que foi dito.

Refira-se que, a reforçar o princípio preconizado pela APA, encontra-se a globalidade do Manual, permitindo-nos concluir que temos que olhar, sobretudo, ao contexto em que aquele princípio assenta quando se fala em citação direta (ou até indireta porque esse princípio, conforme se refere no Manual, é extensível às próprias ideias): pretende-se evitar o plágio (veja-se pág. 15, ponto 1.10).

O que se defende, claramente é que: (1) não façamos nossas as palavras ou ideias dos outros; (2) se explicite/se atribua a autoria da fonte, no texto.

O que aparece, igualmente, expresso nas páginas 170 e segs do Manual, sobre as indicações para “Direct quotation of sources”, dentro da legítima proteção dos direitos de autor e dos princípios da ética e da legalidade previstos, respetivamente, no ponto 1.13, na pág. 13 e 1.06, na pág. 11.

Não podemos deixar de manifestar, por outro lado, alguma apreensão que se venha a exigir que as “citações deveriam surgir na língua original no texto (com ou sem tradução em nota final)”, como refere o Revisor. Imagine-se uma situação em que alguém, em Portugal, escreve um artigo em Português mas, dominando, por exemplo, a Língua Russa ou Chinesa, cita-as, *ipsis verbis*, e não coloca a tradução (a julgar pela conjunção *“ou”* utilizada pelo Revisor, aquela tradução é facultativa)…tornar-se-á, no nosso modesto entender, um artigo ilegível, nesse ponto, para quem não domine aquelas Língua.

Resta-nos, pois, colocar, à consideração da Equipa Editorial, esta nossa reflexão e a questão.

- O revisor refere que o texto ganharia com “d) alguma informação sobre estes aspetos na investigação realizada em Portugal, nos diferentes campos da Psicologia”

**RESPOSTA:** Agradecemos a anotação. Embora, conforme referido na nossa Introdução (ver “rascunho” do documento, pág 2 *in fine*) os estudos sejam oriundos maioritariamente dos Estados Unidos da América, pudemos enriquecer o manuscrito com algumas referências a estudos feitos em Portugal. Vejam-se as páginas 24 e 25 do “rascunho”.

- Refere, ainda, o revisor, o seguinte: “o capítulo sobre as considerações finais da revisão realizada não faz mais do que sumarizar o conjunto dos temas abordados no artigo, o que parece pouco.”

**RESPOSTA:**Agradecemos o comentário feito pelo Revisor, tendo nós, em consequência do mesmo, reformulado essa parte do artigo, com vista a uma ambicionada melhoria da mesma. (vejam-se as págs.28 *in fine* e segs.do intitulado “rascunho” do manuscrito).